

Excelentíssimo Senhor Ministro **EDSON FACHIN**
Relator do **Recurso Extraordinário (RE) 1.446.336**



Ref.: **Tema 1.291**

UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA. (Uber), qualificada nos autos em referência, em que contende com ---, vem, respeitosamente, por seus advogados, informar a ocorrência de **atos novos** e reiterar o **pedido de suspensão nacional** dos processos pendentes (individuais ou coletivos).


Em 11/04/2025, o Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a Repercussão Geral da questão constitucional objeto do RE com Agravo (**ARE) 1.532.603 – Tema 1.389¹**, da Relatoria do ilustre Ministro **GILMAR MENDES**.

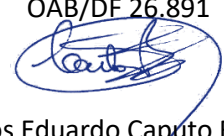
Ato contínuo, o ilustre Relator do **Tema 1.389** assim entendeu em decisão monocrática: “*necessária e adequada a aplicação do disposto no art. 1.035, § 5º, do CPC, ao caso dos autos, para suspender o processamento de todas as ações que tramitem no território nacional e versem sobre os assuntos discutidos nestes autos*”.

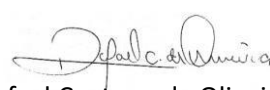
Ora, diante dos mencionados fatos novos e na consideração de que o mérito do **Tema 1.389** se confunde, em grande medida, com o do **Tema 1.291 (aplicação da ratio decidendi dos mesmos precedentes obrigatórios)**, noticie-se, ainda, o fato de que 209 casos da Uber foram sobrestados em face do novo leading case².

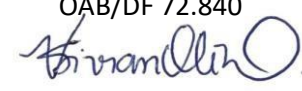
Assim e sempre ponderando, com o devido respeito, que se deve (i) afastar o risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias, em prol da segurança jurídica e (ii) resguardar o princípio da isonomia, garantindo-se que todos os jurisdicionados recebam o mesmo tratamento do Poder Judiciário, pede-se vênica para dizer que a postulada suspensão trará – em última análise – o benefício de se conferir maior eficiência e racionalidade à gestão do acervo judiciário.

Brasília, 5 de maio de 2025.


Ana Carolina A. Caputo Bastos
OAB/DF 26.891


Carlos Eduardo Caputo Bastos
OAB/DF 2.462


Rafael Caetano de Oliveira
OAB/DF 72.840


Vivian S. Falcão Alvim de Oliveira Almeida
OAB/DF 40.864

¹ **Tema 1.389:** *“Competência e ônus da prova nos processos que discutem a existência de fraude no contrato civil/comercial de prestação de serviços; e a licitude da contratação de pessoa jurídica ou trabalhador autônomo para essa finalidade”.*

² **209 casos sobrestados:** 122 sobrestados pelo TST; 37 sobrestados pelos TRT's e 50 sobrestados pelas Varas do Trabalho